

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO
CNPJ/MF Nº 00.880.446/0001-58

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento à legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2012, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Ativo circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.731	2.686	Fornecedores		7.131	9.650
Contas a receber	5	17.836	9.088	Partes relacionadas	8	1.616	2.733
Adiantamentos a empregados		112	95	Empréstimos e financiamentos	7	83.581	39.387
Adiantamentos a fornecedores		608	683	Salários, provisões e encargos sociais		1.652	1.891
Impostos a recuperar		176	892	Impostos, taxas e contribuições a recolher	9.1	8.787	8.621
Créditos diversos		213	158	Parcelamento débitos tributários	9.2	3.615	2.475
Despesas antecipadas		178	227	Adiantamento de clientes		554	640
Total do ativo circulante		22.854	13.829	Leasing a pagar		371	190
Ativo não circulante				Dividendos a pagar	13	316	253
Depósitos bancários vinculados	7	1.661	1.565	Provisão para manutenção	11	598	652
Depósitos judiciais		758	725	Receitas diferidas	10	2.435	1.320
Outros créditos		46	46	Outras obrigações		473	432
Intangível	6	643.405	645.658	Total do passivo circulante		111.129	68.244
		645.870	647.994	Não circulante			
				Empréstimos e financiamentos	7	6.932	21.158
				Parcelamento débitos tributários	9.2	4.046	5.903
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	109.254	119.447
				Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	17	162	294
				Receitas diferidas	10	8.440	9.798
				Leasing a pagar		675	64
				Total do passivo não circulante		129.509	156.664
Total do ativo		668.724	661.823	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		96.163	96.163
				Ajuste de avaliação patrimonial		191.593	214.880
				Reserva de lucros		140.330	125.872
				Total do patrimônio líquido		428.086	436.915
				Total do passivo		668.724	661.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
		Estatutária	Legal	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	96.163	385	3.860	76.303	80.548	238.697	415.408
Lucro líquido do exercício	–	–	–	(4.852)	(4.852)	–	26.610
Dividendos pagos	–	–	–	–	–	–	(4.852)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(251)	–
Constituição das reservas	–	133	1.330	48.713	50.176	(50.176)	–
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	–	23.817	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	96.163	518	5.190	120.164	125.872	214.880	436.915
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	33.234
Dividendos pagos (nota 13)	–	–	–	(41.749)	(41.749)	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(314)	–
Constituição das reservas	–	166	1.662	54.379	56.207	(56.207)	–
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	–	23.287	–
Saldos em 31 de dezembro de 2012	96.163	684	6.852	132.794	140.330	191.593	428.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – RIO (“Concer” ou “Companhia”), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro (Trevó das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Washington Luiz, 13.892 – Jardim Primavera – Duque de Caxias – Rio de Janeiro – RJ.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindindo-o, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente. Todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso. A exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 88.275 (R\$ 54.415 em 31 de dezembro de 2011), em decorrência de empréstimos e financiamentos obtidos para fazer face aos compromissos assumidos, que demandam a realização de novos investimentos na rodovia. Tal situação será equalizada pela companhia através da emissão de debêntures a ser efetuada até o segundo trimestre de 2013.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 01 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim

como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

A companhia efetuou determinadas reclassificações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as quais foram refletidas nos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2011 para fins de comparabilidade. Segue abaixo:

1. Segregação do valor da receita diferida apresentada no balanço patrimonial (R\$ 11.118 em 31 de dezembro de 2011), o qual passou, para efeitos de comparabilidade, a ser demonstrado no passivo circulante (R\$ 1.320) e no passivo não circulante (R\$ 9.798).

2. Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (R\$ 4.251 em 31 de dezembro de 2011), pela reclassificação do valor de depósito vinculado à conta reserva do empréstimo do BNDES (R\$ 1.565 em 31 de dezembro de 2011).

3. Pela correção do saldo das reservas de reavaliação e lucro. Os valores da realização da reserva de reavaliação foram apresentados nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2010 e 2011 sem os efeitos tributários correspondentes (IR/CS diferidos), que foram apresentados na reserva de lucros.

2.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía nenhum saldo denominado em moeda estrangeira.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de

Demonstrações dos Resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	18	294.641	256.509
Custo dos serviços prestados	19	(203.120)	(182.615)
Lucro bruto		91.521	73.894
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(16.454)	(12.640)
Amortização		(2.820)	(1.438)
Despesas com pessoal		(8.416)	(8.094)
Outras receitas operacionais, líquidas		210	536
Total das despesas operacionais		(27.480)	(21.636)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		64.041	52.258
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		525	432
Despesas financeiras	20	(13.428)	(12.139)
		(12.903)	(11.707)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		51.138	40.551
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(28.097)	(23.132)
Diferido	14	10.193	9.191
		(17.904)	(13.941)
Lucro líquido do exercício		33.234	26.610
Quantidade de ações (lotes de mil)		7.190	7.190
Lucro por ação – R\$		4,62	3,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	33.234	26.610
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes do exercício	33.234	26.610

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	51.138	40.551
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Amortização	68.272	59.256
Ganhos na alienação de bens do intangível	(202)	(265)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos/ parcelamentos	7.070	9.268
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(132)	(345)
Reversão de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.011)	–

Varição em ativos e passivos operacionais (Aumento) diminuição dos ativos

Contas a receber de clientes	(1.737)	(5.061)
Impostos a recuperar	716	(60)
Despesas antecipadas	49	1.468
Outros valores a receber	(30)	(443)
Aumento (diminuição) dos passivos	(2.519)	3.159
Fornecedores	(1.117)	(993)
Contas a pagar empresas ligadas	(239)	(117)
Obrigações sociais e trabalhistas	126	(1.725)
Impostos, taxas e contribuições	134	(3.138)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(243)	5.344

Outras atividades operacionais

Juros e remunerações pagas sobre empréstimos	(6.849)	(7.795)
Pagamento de IRPJ e CSLL correntes	(28.057)	(18.509)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	79.369	80.595

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Alienação/baixa de intangível	392	364
Aquisição de bens do intangível	(66.209)	(58.108)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(65.817)	(57.744)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Dividendos	(42.000)	(6.100)
Depósitos bancários vinculados	(96)	(1.565)
Captações através de empréstimos e financiamentos	40.790	1.462
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(11.201)	(16.733)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(12.507)	(22.936)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.045	(85)

Caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício	2.686	2.771
No fim do exercício	3.731	2.686
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.045	(85)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Receitas	359.443	312.379
Receitas de pedágio	236.555	217.030
Receitas de construção	67.517	55.612
Outras receitas	48.360	39.737
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão	7.011	–

Insumos adquiridos de terceiros

Custo dos serviços prestados	(9.953)	(9.285)
Custo de construção	(67.517)	(55.612)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(71.819)	(61.349)
Valor adicionado bruto	210.154	186.133

Valor adicionado líquido

Amortização	(68.272)	(59.256)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	141.882	126.877
Valor adicionado recebido em transferência	525	432
Receitas financeiras	525	432
Valor adicionado total a distribuir	142.407	127.309

Distribuição do valor adicionado

Remuneração do trabalho (salários e encargos)	142.407	
---	---------	--



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributação

As receitas brutas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%
A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS. Na demonstração de resultado as receitas são apresentadas pelos saldos líquidos dos impostos mencionados acima.			

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240, no período de 12 meses); (ii) Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro – que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos cedidos e outros recebíveis, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

2.5. Contas a receber

As contas a receber estão apresentadas pelo valor de realização.

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía nenhum ativo e/ou passivo sujeito a ajuste a valor presente.

2.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os juros não foram capitalizados, visto que as obras efetuadas pela Companhia atualmente não paralisam o andamento das operações, ou seja, a Companhia continua gerando receita, mesmo quando realizando obras na rodovia.

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é oriunda do serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas é o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes a arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas aos equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

2.11. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Contratos de concessão – ICPC 01 (R1)

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do valor adicionado – é apresentada como informação suplementar.

2.15. Segmentos

A companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

2.16. Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 04 – Resultado por ação.

2.17. Novos pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação – aprovado pela Deliberação CVM nº 684/12, de 30 de agosto de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos – aprovado pela Deliberação CVM nº 683/12, de 30 de agosto de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 18 (R1) – Investimento em Coligada e em Controlada – aprovado pela Deliberação CVM nº 688/12, de 04 de outubro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial – aprovado pela Deliberação CVM nº 687/12, de 04 de outubro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) – Contratos de construção – aprovado pela Deliberação CVM nº 691/12, de 08 de novembro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) – Receitas – aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, de 08 de novembro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) – Demonstrações separadas – aprovado pela Deliberação CVM nº 693/12, de 08 de novembro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, de 13 de dezembro de 2012.

6. Intangível

	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Outros	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo do intangível bruto							
Saldo do custo em 31/12/2010	187.560	22.952	828.541	7.384	134	–	1.046.571
Aquisições	31.358	269	21.511	2.727	282	1.961	58.108
Baixas	–	(8)	–	(402)	–	–	(410)
Saldo do custo em 31/12/2011	218.918	23.213	850.052	9.709	416	1.961	1.104.269
Amortização acumulada							
Saldo da amortização em 31/12/2010	(111.026)	(19.713)	(267.805)	(1.121)	–	–	(399.665)
Amortização	(7.967)	(2.961)	(48.968)	(1.180)	–	–	(61.076)
Baixas	–	5	1.815	310	–	–	2.130
Saldo da amortização em 31/12/2011	(118.993)	(22.669)	(314.958)	(1.991)	–	–	(458.611)
Valor contábil líquido							
Saldo do intangível em 31/12/2011	99.925	544	535.094	7.718	416	1.961	645.658

	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Outros	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo do intangível bruto							
Saldo do custo em 31/12/2011	218.918	23.213	850.052	9.709	416	1.961	1.104.269
Aquisições	42.043	203	18.149	4.087	350	1.377	66.209
Transferências	–	–	3.034	–	–	(3.034)	–
Baixas	–	(4)	–	(621)	–	–	(625)
Saldo do custo em 31/12/2012	260.961	23.412	871.235	13.175	766	304	1.169.853
Amortização acumulada							
Saldo da amortização em 31/12/2011	(118.993)	(22.669)	(314.958)	(1.991)	–	–	(458.611)
Amortização	(11.320)	(657)	(54.683)	(1.612)	–	–	(68.272)
Baixas	–	3	–	432	–	–	435
Saldo da amortização em 31/12/2012	(130.313)	(23.323)	(369.641)	(3.171)	–	–	(526.448)
Valor contábil líquido							
Saldo do intangível em 31/12/2012	130.648	89	501.594	10.004	766	304	643.405

CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto – aprovado pela Deliberação CVM nº 696/12, de 13 de dezembro de 2012.

CPC 45 – Divulgações de participações em outras entidades – aprovado pela Deliberação CVM nº 697/12, de 13 de dezembro de 2012.

CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas – aprovado pela Deliberação CVM nº 698/12, de 20 de dezembro de 2012.

CPC 46 – Mensuração do valor justo – aprovado pela Deliberação CVM nº 699/12, de 20 de dezembro de 2012.

A companhia ainda estuda os pronunciamentos e revisões que têm sua adoção obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013, para avaliar seus respectivos impactos, se houver.

Com a convergência das normas brasileiras de contabilidade para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras.

As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 01 de janeiro de 2013 e a Companhia ainda estuda seus impactos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixas e bancos	3.433	2.618
Aplicações financeiras	298	68
	3.731	2.686

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos (não exclusivos) de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

5. Contas a receber

	2012	2011
Dbtrans	1.014	934
Visa	1.157	849
Auto expresso	1.579	2.530
Via fácil	6.969	3.885
Uso faixa domínio	8.773	9.121
Outros	96	530
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.752)	(8.763)
	17.836	9.088

A taxa de amortização é calculada com base no volume de tráfego anual em relação ao volume total de tráfego estimado no período da concessão. A taxa média em 2012 foi de 10,3% (8,89% em 2011).

De acordo com o CPC 01 (R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos quando do encerramento do exercício de 2012, não identificando necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos. Esta análise é efetuada anualmente e a Administração não observou indicadores externos ou internos de que exista perda do valor recuperável de seu ativo intangível.

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	2012		2011	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Financiamento – imobilizado				
FINAME	69	–	149	62
BNDDES – Subcrédito "a"	1.626	–	825	1.492
BNDDES – Subcrédito "b"	9.103	–	5.254	9.063
BNDDES – Subcrédito "c"	3.007	–	911	1.799
FINPE	1.664	6.932	1.668	8.619
Banco Guanabara	119	–	250	123
	15.588	6.932	9.057	21.158
Financiamento – capital de giro				
Banco Santander	67.993	–	30.330	–
	67.993	–	30.330	–
	83.581	6.932	39.387	21.158

Contrato Santander – FINAME

Trata-se de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo monta a importância de R\$ 69. O prazo de carência é de 180 dias, com taxa de juros de 7% a.a. e amortização de 30 meses. Contrato de alienação fiduciária. As garantias são as máquinas e equipamentos adquiridos.

Contratos BNDDES

Os subcréditos "a", "b", "c" montam os seguintes valores respectivamente: R\$ 1.626, R\$ 9.103 e R\$ 3.007 – Tais valores correspondentes às parcelas liberadas até 31 de dezembro de 2012 do contrato firmado em 3 de setembro de 2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 KM da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimentos iniciados dos subcréditos "a" e "b" em 15 de outubro de 2007 e terminando em 15 de outubro de 2014, e o subcrédito "c" com vencimento iniciado em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2014. A taxa de juros do subcrédito "a" é sujeita ao "spread" de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDDES. A taxa de juros dos subcréditos "b" e "c" é sujeita ao "spread" de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

Em 31 de março de 2012 foi constituída uma provisão para pagamento de multa por descumprimento de cláusula dos contratos nº 03.2.583.3.1 e

8. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	Passivos Fornecedores		Intangível Recuperação		Custos/despesas	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Consórcio BR-040 (*)	–	152	–	–	–	–
Consórcio NSS (**)	744	–	5.495	–	–	–
Rio Bonito (***)	–	1.878	–	–	23.963	23.726
Compasa (****)	872	703	9.294	11.719	23.870	22.582
Total	1.616	2.733	14.789	11.719	23.963	22.582

(*) Consórcio Construtor BR-040.

(**) Consórcio Nova Subida da Serra.

(***) Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

(****) Compasa Brasil Distrib. Derivados de Petróleo Ltda.

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

O Consórcio Nova Subida da Serra foi contratado para a execução de obras de contenção, recuperação, implantação de acessos e retornos ao longo de toda extensão da rodovia.

A COMPASA foi contratada para realizar serviços de recuperação do pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

Valores contratuais:

a) Contratos de operação

No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Bonito estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal. Tal contrato não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais.

b) Contrato de recuperação, conservação e manutenção

No contrato de recuperação/conservação/manutenção firmado entre a Companhia e as empresas Rio Bonito e a Compasa estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço. O contrato com a Rio bonito não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais. O valor do contrato com a Compasa é de R\$ 9.858.

9. Impostos, taxas e contribuições

9.1. Impostos a recolher

	2012	2011
Impostos de renda	3.278	3.999
Contribuição social	1.366	1.524
Cofins	1.257	741
PIS	273	161
ISSQN	1.663	1.337
Imposto de renda retido na fonte	273	249
Outros	677	610
	8.787	8.621

9.2. Parcelamento débitos tributários

A companhia apresenta parcelamento dos seguintes tributos:

IRPJ e CSLL, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 60 parcelas, contado a partir de março de 2010;

PIS, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 130 parcelas, contado a partir de setembro de 2006;

IPTU – Prefeitura Duque de Caxias – 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de agosto de 2012.

ISS – Prefeitura Duque de Caxias – 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de dezembro de 2012.

	2012	2011
Parcelamento PIS	937	1.143
Parcelamento IRPJ	3.870	5.294
Parcelamento CSLL	1.419	1.941
Parcelamento IPTU	210	–
Parcelamento ISS	1.225	–
	7.661	8.378
Passivo circulante	(3.615)	(2.475)
Passivo não circulante	4.046	5.903

10. Receitas diferidas

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia. O saldo líquido das receitas diferidas em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 10.875 (R\$ 11.118 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$2.435 (R\$1.320 em 2011) classificado no passivo circulante e R\$8.440 no não circulante (R\$9.798 em 2011).

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709, dos quais R\$7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$ 970 acrescidos de R\$ 404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M. O contrato teve seu início em outubro de 2007.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à Companhia para implantação de rede de afluente o valor de R\$ 26 e para implantação de adutora o valor de R\$ 156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagou à Companhia uma remuneração total de R\$ 7.942. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a CEMIG pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e é corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a VIVO pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 286. O contrato teve seu início em dezembro de 2011 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigên-

06.2.1125.1 no valor de R\$ 3.404. Ficou estabelecido que o pagamento da mesma seria efetuado em 6 (seis) prestações mensais, tendo a companhia efetuado até 31 de dezembro de 2012 o pagamento total. A partir dessa notificação, a Companhia está cumprindo com o contrato e mantendo saldo mínimo em conta vinculada. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desse depósito vinculado é de R\$ 1.661.

Além da obrigação de manutenção de saldo mínimo em conta vinculada, ambos os contratos possuem outras cláusulas de obrigações especiais, quais sejam:

a) manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30% (trinta por cento). Em 31 de dezembro de 2012 essa relação era de 64% (sessenta e quatro por cento).

b) não contratar empréstimo de curto prazo, cujo valor acumulado supere R\$ 8.000, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa. Considerando o montante do endividamento, a companhia optou por efetuar o pagamento antecipado dos contratos, o que deveria ter ocorrido ainda em dezembro de 2012, porém, por questões meramente administrativas, tal quitação foi reprogramada e ocorrerá em fevereiro de 2013. Desta forma, considerando o fato da companhia não estar em compliance com a obrigação citada acima e, considerando ainda, a opção pelo pagamento antecipado, todo o saldo foi devidamente reclassificado para o passivo circulante.

Contrato FINEP

Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27 de agosto de 2009. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo correspondente às parcelas liberadas que montam a importância de R\$ 8.596. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimento iniciado em 15 de maio de 2011 e terminando em 15 de janeiro de 2018. A taxa de juros é de 8% ao ano – sujeito ao "spread" de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

Contrato Banco Guanabara – CDC

Trata-se de financiamento para aquisição de veículos. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo monta a importância de R\$ 119. A taxa de juros é de 18% a.a. e amortização de 24 meses. Contrato de alienação fiduciária. A garantia são os veículos adquiridos.

Contratos ABN Real e Santander

Conta Garantida: Em 31 de dezembro de 2012 o saldo utilizado dessa conta é de R\$ 67.993. O contrato foi pactuado em 3 de março de 2010 com prazo de renovação a cada trimestre. A taxa de juros é de 118% do CDI.

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	2012	2011
2013	–	8.774
2014	1.698	7.158
2015	1.698	1.695
2016	1.698	1.695
2017	1.697	1.695
2018	141	141
	6.932	21.158

	Passivos Fornecedores		Intangível Recuperação		Custos/despesas	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Consórcio BR-040 (*)	–	152	–	–	–	–
Consórcio NSS (**)	744	–	5.495	–	–	–
Rio Bonito (***)	–	1.878	–	–	23.963	23.726
Compasa (****)	872	703	9.294	11.719	23.870	22.582
Total	1.616	2.733	14.789	11.719	23.963	22.582

(*) Consórcio Construtor BR-040.

(**) Consórcio Nova Subida da Serra.

(***) Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

(****) Compasa Brasil Distrib. Derivados de Petróleo Ltda.

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

O Consórcio Nova Subida da Serra foi contratado para a execução de obras de contenção, recuperação, implantação de acessos e retornos ao longo de toda extensão da rodovia.

A COMPASA foi contratada para realizar serviços de recuperação do pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

Valores contratuais:

a) Contratos de operação

No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Bonito estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal. Tal contrato não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais.

b) Contrato de recuperação, conservação e manutenção

No contrato de recuperação/conservação/manutenção firmado entre a Companhia e as empresas Rio Bonito e a Compasa estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço. O contrato com a Rio bonito não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais. O valor do contrato com a Compasa é de R\$ 9.858.

9. Impostos, taxas e contribuições

9.1. Impostos a recolher

	2012	2011
Impostos de renda	3.278	3.999
Contribuição social	1.366	1.524
Cofins	1.257	741
PIS	273	161
ISSQN	1.663	1.337
Imposto de renda retido na fonte	273	249
Outros	677	610
	8.787	8.621

9.2. Parcelamento débitos tributários

A companhia apresenta parcelamento dos seguintes tributos:

IRPJ e CSLL, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 60 parcelas, contado a partir de março de 2010;

PIS, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 130 parcelas, contado a partir de setembro de 2006;

IPTU – Prefeitura Duque de Caxias – 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de agosto de 2012.

ISS – Prefeitura Duque de Caxias – 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de dezembro de 2012.

	2012	2011
Parcelamento PIS	937	1.143
Parcelamento IRPJ	3.870	5.294
Parcelamento CSLL	1.419	1.941
Parcelamento IPTU	210	–
Parcelamento ISS	1.225	–
	7.661	8.378
Passivo circulante	(3.615)	(2.475)
Passivo não circulante	4.046	5.903

10. Receitas diferidas

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia. O saldo líquido das receitas diferidas em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 10.875 (R\$ 11.118 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$2.435 (R\$1.320 em 2011) classificado no passivo circulante e R\$8.440 no não circulante (R\$9.798 em 2011).

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709, dos quais R\$7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$ 970 acrescidos de R\$ 404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M. O contrato teve seu início em outubro de 2007.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à Companhia para implantação de rede de afluente o valor de R\$ 26 e para implantação de adutora o valor de R\$ 156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagou à Companhia uma remuneração total de R\$ 7.942. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a CEMIG pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e é corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a VIVO pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 286. O contrato teve seu início em dezembro de 2011 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigên-

06.2.1125.1 no valor de R\$ 3.404. Ficou estabelecido que o pagamento da mesma seria efetuado em 6 (seis) prestações mensais, tendo a companhia efetuado até 31 de dezembro de 2012 o pagamento total. A partir dessa notificação, a Companhia está cumprindo com o contrato e mantendo saldo mínimo em conta vinculada. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desse depósito vinculado é de R\$ 1.661.

Além da obrigação de manutenção de saldo mínimo em conta vinculada, ambos os contratos possuem outras cláusulas de obrigações especiais, quais sejam:

a) manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30% (trinta por cento). Em 31 de dezembro de 2012 essa relação era de 64% (sessenta e quatro por cento).

b) não contratar empréstimo de curto prazo, cujo valor acumulado supere R\$ 8.000, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa. Considerando o montante do endividamento, a companhia optou por efetuar o pagamento antecipado dos contratos, o que deveria ter ocorrido ainda em dezembro de 2012, porém, por questões meramente administrativas, tal quitação foi reprogramada e ocorrerá em fevereiro de 2013. Desta forma, considerando o fato da companhia não estar em compliance com a obrigação citada acima e, considerando ainda, a opção pelo pagamento antecipado, todo o saldo foi devidamente reclassificado para o passivo circulante.

Contrato FINEP

Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27 de agosto de 2009. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo correspondente às parcelas liberadas que montam a importância de R\$ 8.596. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimento iniciado em 15 de maio de 2011 e terminando em 15 de janeiro de 2018. A taxa de juros é de 8% ao ano – sujeito ao "spread" de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

Contrato Banco Guanabara – CDC

Trata-se de financiamento para aquisição de veículos. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo monta a importância de R\$ 119. A taxa de juros é de 18% a.a. e amortização de 24 meses. Contrato de alienação fiduciária. A garantia são os veículos adquiridos.

Contratos ABN Real e Santander

Conta Garantida: Em 31 de dezembro de 2012 o saldo utilizado dessa conta é de R\$ 67.993. O contrato foi pactuado em 3 de março de 2010 com prazo de renovação a cada trimestre. A taxa de juros é de 118% do CDI.

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	2012	2011
2013	–	8.774
2014	1.698	7.158
2015	1.698	1.695
2016	1.698	1.695
2017	1.697	1.695
2018	141	141
	6.932	21.158

buídos da seguinte forma:

	2012	2011
Acionista		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	198	158
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	57	45
CMSA Participações S.A.	33	27



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

i. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

ii. Empréstimos e financiamentos - são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

b) **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**
A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. A Concer apresenta essa informação para fins de consolidação da sua Acionista - TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., a qual é companhia aberta.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2012, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário	Cenário	Cenário
		provável I	II	III
CCB - Santander	CDI	5.031	6.289	7.547
FINEP	TJLP	516	645	774
FINAME	TJLP	4	5	6
BNDES - Subcrédito "a"	UMBDES (VC*)	200	312	469
BNDES - Subcrédito "b"	TJLP	546	683	819
BNDES - Subcrédito "c"	TJLP	180	226	271
		6.477	8.160	9.886
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	7,40%	9,25%	11,10%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	VC*	2,05	2,56	3,20

* Indexado a um custo médio de captação em moeda estrangeira.

Para fins de aplicação financeira, não efetuamos a análise de sensibilidade visto que o risco de variação de cenário é irrelevante.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista, pagamentos antecipados e a receber em no máximo 30 dias, provenientes de cobrança automática.

O risco de crédito de saldos com contas correntes e aplicações financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia.

e) Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

i) Risco de taxas de juros e inflação

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

ii) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. O subcrédito "a" do financiamento concedido pelo BNDES (Nota 7) é indexado pela taxa variável relativa ao custo médio de captação de recursos

em moeda estrangeira pelo mesmo. A Companhia não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual aumento significativo da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira.

f) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

g) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quando a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

h) Operações com derivativos

A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

i) Gestão de capital

A companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	2012	2011
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	90.513	60.545
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(3.731)	(2.686)
Dívida líquida	86.782	57.859
Patrimônio líquido	428.086	436.915
Total do capital	514.868	494.774
Índice de alavancagem financeira - %	16,86	11,69

Conselho de Administração

Carlo Alberto Bottarelli	– Presidente
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	– Conselheiro
Roberto Ribeiro Capobianco	– Conselheiro
Fabiana Reppucci Vaz de Lima	– Conselheira
Rogério Gomes Sant'Anna	– Conselheiro

Diretoria Executiva

Pedro Antônio Jonsson	– Diretor Presidente
Pedro Antônio Jonsson	– Diretor Administrativo e Financeiro
Sergio Guimarães Gomes	– Diretor de Operações e Engenharia

Contador

Alexandro Oliveira dos Santos
CRC RJ-108.253/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER
Duque de Caxias - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. -

CON CER em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os seus valores adicionados, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP 015.199/O-6 – F – RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador
CRC – 1RJ 090.174/O-4